

Editorial

A prática de editar e pôr em circulação periódicos acadêmicos de educação deve fazer parte de uma política de produção e divulgação de conhecimentos da área. Esta foi uma das principais conclusões a que chegou um grupo significativo de editores de periódicos educacionais reunidos no seminário *Política de publicação científica em Educação no Brasil hoje*, realizado em São Paulo (FE-USP), em agosto de 2000, como se pode ser depreender da leitura da Carta de Recomendações, publicada neste número da *Educação em Revista*. Essa Carta significa um claro posicionamento em favor de uma política editorial que demonstre que os periódicos não apenas 'refletem' a produção acadêmica da área, como também participam, cada vez mais ativamente, da sua construção e do seu fortalecimento .

Por outro lado, sabemos que nossas publicações não podem ficar voltadas apenas para questões vinculadas ao campo acadêmico. Uma das tarefas que se nos impõem, ainda hoje, é a da denúncia. Após décadas de lutas para conquistar o direito à educação escolar, as crianças das camadas mais pobres estão sendo, mais uma vez, responsabilizadas pela má qualidade do ensino nas escolas brasileiras. Esta tem sido a tônica de boa parte dos 'especialistas educacionais' ouvidos pelos meios de comunicação por ocasião da divulgação dos resultados do SAEB (Sistema de Avaliação do Ensino Básico), no final de 2000. Ao se discutir a queda nos índices de acertos dos testes, muitos argumentaram que isso se deve à incorporação de grandes contingentes de crianças pobres à escola.

Simplem em seu enunciado, tal proposição encerra uma grande complexidade. Além de responsabilizar as camadas mais pobres pelas dificuldades encontradas por suas crianças nas escolas, tal argumento não enfoca as questões fundamentais: o pouco investimento que tem sido feito na melhoria da coisa pública neste país, particularmente da escola, e o pouco investimento que tem sido feito pelo Estado brasileiro na elevação da qualidade de vida da população mais pobre. Desnudar os argumentos que contribuem para a manutenção de políticas de exclusão social, demonstrando a face perversa destas, é mais do que uma importante contribuição dos nossos periódicos de educação e daqueles que neles escrevem: é uma responsabilidade social.

A Comissão Editorial